



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA – ESTADO DE SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, sediado(a) à Praça Padre Manoel J. de Oliveira, nº 851 – Centro – CEP 49.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.131.982/0001-00, através da Comissão de Contratação designada pela Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2026, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 (fundamentado no art. 78, inciso I c/c art. 74, inciso iv), Decreto Federal nº 11.878/2024 e Decreto Municipal nº 178/2025, com o objetivo de contratar serviços de leiloeiros, torna público **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026, que tem como objeto o credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados na modalidade eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Porto da Folha/SE**, classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção, de acordo com os critérios definidos abaixo:

1.0 - OBJETO

1.1. Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para a prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados na modalidade eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Porto da Folha/SE classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção, conforme condições e critérios estabelecidos neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND.	VALOR
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a realização de Leilões Públicos para alienação de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio da Administração Pública Municipal, considerados ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, sucatas e outros, incluindo a preparação, organização e condução, com estrutura para realização de lances concomitantemente presenciais e via WEB.	SERVIÇOS	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado

1.2 – Cada contratação decorrente do presente credenciamento terá vigência vinculada à execução do objeto específico para o qual o leiloeiro for convocado, compreendendo a preparação, organização e realização do respectivo leilão público, bem como a finalização dos atos necessários à sua conclusão, **observado o prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias**, contados da convocação do leiloeiro, podendo ser ajustado conforme cronograma de execução estabelecido pela Administração.

Parágrafo único. O credenciamento dos leiloeiros terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, período durante o qual os credenciados poderão ser convocados pela Administração, conforme a necessidade e observados os critérios de distribuição definidos neste edital.

2.0 – DAS DEFINIÇÕES:

2.1. Para o perfeito entendimento deste Edital de Credenciamento, são adotadas as seguintes definições:

2.2. Contratante – **A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE**, por meio de órgão da administração pública direta, que pactua a prestação de serviço por leiloeiro oficial para



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

atuação como mandatário (a) da Prefeitura;

2.3. Contratada/Mandatária da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE: Leiloeiro(a) Público Oficial que atua como mandatário da Prefeitura.

2.4. Contrato de Prestação de Serviços: instrumento jurídico padrão que regula a prestação de serviços realizados pela mandatária a favor da Administração Pública, que deve conter as atribuições delegadas, as limitações do mandato e a forma de remuneração pelos serviços.

2.5. Credenciante – a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE.

2.6. Termo Único de Credenciamento – instrumento firmado com Leiloeiros Públicos Oficiais declarados credenciados para atuarem como mandatários da Prefeitura no atendimento ao objeto deste Edital mediante formalização de contrato.

2.7. Contagem de Prazo - os prazos fixados em meses ou contam-se de data a data, sendo que, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês, conforme art. 66, §3º da Lei n. 9.784, de 1999.

3.0 – DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. O envio da documentação poderá ocorrer a partir da publicação do Edital até o último dia útil anterior à data de encerramento descritos no item 3.1.1.

3.1.1. **PERÍODO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:** O credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, permitindo a inscrição de interessados a qualquer tempo durante sua vigência, desde que atendidos integralmente os requisitos de habilitação exigidos.

3.1.2. **LOCAL PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:** Por meio do endereço eletrônico licitacaoportodafolha2025@gmail.com, a partir das 09h00 da data de publicação deste edital, ou presencialmente no Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Padre Manoel J. de Oliveira, nº 851, Centro, CEP: 49.800-000, Porto da Folha/SE, no horário de expediente das 09h às 14h.

3.1.3. A documentação de habilitação do leiloeiro será analisada, em um primeiro momento, 02 (dois) dias úteis após a publicação do presente edital.

3.2. No que concerne o primeiro momento, há previsão de realização mais celere de leilão dos bens móveis e imóveis do patrimônio da administração pública.

3.3. A escolha do leiloeiro para realização do certame, ocorrerá entre os que se habilitarem no prazo previsto no **item 3.1.1.**

4.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão habilitar-se para o Credenciamento, exclusivamente, Leiloeiros Públicos Oficiais que possui cadastro ativo, e sem restrição de atividade, de Leiloeiro Oficial, na Junta Comercial do Estado de Sergipe.

4.2. Não poderão participar deste Credenciamento os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, no que couber;

4.2.3. que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. estará impedido de participar do credenciamento o leiloeiro que se enquadrar em pelo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

menos uma das seguintes situações:

4.2.6.1. Tenha cargo ou função em qualquer unidade da PREFEITURA ou que tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade com servidores da PREFEITURA, até o 3º grau, inclusive.

4.2.6.2. Esteja cumprindo penalidade de impedimento ou suspensão temporária registrada nos sistemas de controle da PREFEITURA ou tenha sido apenado com declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

4.2.6.3. Esteja com sua inscrição suspensa junto à Junta Comercial do Estado;

4.2.6.4. Esteja atuando como advogado em processos judiciais;

4.2.6.5. Tenha vinculação societária com outro leiloeiro participante do credenciamento;

4.2.6.6. Não atenda aos requisitos do Termo de Referência.

4.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. A participação neste Credenciamento importa total ciência dos proponentes das condições deste Edital e seus anexos.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.0 - HABILITAÇÃO

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos Leiloeiros Oficiais, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.1.3. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>) e do Tribunal de Contas do Estado do Sergipe (<https://www.tce.se.gov.br/certidao/certidao/EmitirCertidaoForm.aspx>).

5.2. Habilitação jurídica:

5.2.1. Documento de Identidade do Leiloeiro Oficial;

5.2.2. Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

5.2.3. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do Estado de Sergipe;

5.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.3.1. Prova de regularidade com o FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, ou se não for empregador, declaração nestes termos;

5.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, mediante



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Certidão quanto à Dívida Ativa ou outras equivalentes, na forma da lei, expedidas nas diferentes esferas de governo pelo órgão competente; e

5.3.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.4. Os leiloeiros interessados deverão apresentar Requerimento de Credenciamento (Anexo 01 do Termo de Referência), contendo obrigatoriamente os documentos comprobatórios de sua habilitação jurídica e técnica, previstas neste Edital.

5.4.1. **Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo interessado serão: Demonstrar capacidade técnica e operacional para organizar e conduzir leilões públicos na modalidade eletrônica, com experiência mínima comprovada de 01 (um) ano na atividade, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidas por órgãos de direito público ou privado**

5.4.2. Termo de Compromisso (**Anexo 02 do Termo de Referência**);

5.4.3. Declaração de Equipe e Recursos (**Anexo 03 do Termo de Referência**);

5.4.4. Declaração de Aptidão e Conhecimento (**Anexo 04 do Termo de Referência**);

5.5. **Quanto à formalização do Instrumento de Credenciamento:**

5.5.1. Uma vez publicado o **Rol de Habilitados para Credenciamento**, será estabelecido prazo para que os interessados habilitados formalizem o respectivo **Termo de Credenciamento** (Anexo V do Termo de Referência), momento a partir do qual passarão a integrar o **Rol de Credenciados** da Administração.

5.5.2. A não assinatura do Instrumento de Credenciamento poderá ser entendida como recusa injustificada, ensejando a imediata exclusão do rol dos selecionados.

6.0 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. O Leiloeiro Oficial interessado deverá encaminhar à Prefeitura Municipal a documentação descrita no Capítulo 5, juntamente com o pedido de credenciamento ali previsto, **mediante envio para o endereço eletrônico licitacaoportodafolha2025@gmail.com ou mediante protocolo presencial** junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Padre Manoel J. de Oliveira, nº 851, Centro, CEP: 49.800-000, Porto da Folha/SE, no horário de expediente das 08h às 14h

6.2. A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital para habilitação, bem como a presença de documentos incompletos ou em desacordo com este Edital, com rasuras, entrelinhas ou com a validade expirada, acarretará a inabilitação do proponente.

6.3. Os documentos deverão estar regulares quanto aos prazos de validade neles previstos.

6.4. O exame e julgamento da documentação recebida serão realizados pela Comissão de Contratação.

6.5. O exame e julgamento da documentação recebida serão realizados pela Comissão de Contratação.

7.0 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DA ELABORAÇÃO DO ROL DE CREDENCIADOS

7.1. A análise da documentação será processada em conformidade com as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

7.2. A Comissão de Contratação verificará se os documentos apresentados cumprem os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação técnica, declarando o proponente habilitado.

7.3. Serão declarados inabilitados os interessados que não cumpram com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

7.4. Considerar-se-á habilitado o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências contidas neste Edital.

7.5. A PREFEITURA divulgará a relação de credenciados no sítio eletrônico <https://portodafolha.se.gov.br/>.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

7.6. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.6.1. A distribuição das demandas para a realização dos leilões obedecerá rigorosamente à **ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO**, adotando-se o sistema de rodízio sequencial entre os leiloeiros habilitados, visando garantir a isonomia, a impessoalidade e a alternância na execução dos serviços.

7.6.2. A ordem de classificação inicial será definida pela data e horário de protocolo do pedido de credenciamento, considerando-se para esse fim o registro de recebimento da documentação pela Administração, conforme os meios previstos no item 6.0 deste Edital.

7.6.3. Em caso de empate na data e hora do protocolo dos pedidos de credenciamento (pedidos simultâneos), o desempate será realizado por meio de **sorteio público**, em **sessão pública previamente divulgada nos meios oficiais do Município**, apenas para definição da posição inicial dos interessados que se encontrarem nessa situação.

7.6.3. A cada nova necessidade de realização de leilão, a Administração convocará o leiloeiro posicionado no topo da lista de credenciados.

7.6.4. Concluído o leilão (ou o ciclo de leilões para o qual foi designado), o leiloeiro contratado passará a ocupar a última posição da lista de rodízio, sendo convocado o próximo credenciado da sequência para a demanda seguinte.

7.6.5. A convocação será realizada mediante comunicação oficial (e-mail ou notificação eletrônica), devendo o leiloeiro manifestar o aceite ou recusa no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

7.6.6. O leiloeiro que recusar a designação sem justificativa aceita pela Administração, ou que não responder à convocação no prazo estipulado, perderá sua vez no rodízio, sendo reposicionado no final da lista, e será convocado o próximo classificado imediatamente subsequente.

7.6.7. A lista atualizada com a ordem de classificação e o histórico de rodízio será mantida pública e acessível no Portal da Transparência e no site oficial do Município, garantindo o controle social e a fiscalização pelos interessados.

7.6.8. Os novos credenciados (que ingressem após a formação da lista inicial) serão inseridos sempre no final da lista de rodízio, seguindo a ordem de data e hora de seus respectivos protocolos de habilitação.

7.6.9. Assim, a cada novo procedimento de leilão, será convocado o leiloeiro subsequente na ordem estabelecida pelo credenciamento, reiniciando-se o ciclo após o último da lista, salvo nas seguintes hipóteses, que deverão ser devidamente justificadas nos autos do processo:

- I – Recusa ou impossibilidade de atendimento por parte do leiloeiro da vez;
- II – Existência de impedimentos legais ou técnicos específicos relacionados ao objeto do leilão;
- III – Interesse público devidamente motivado pela Administração, que justifique a convocação de outro profissional credenciado.

7.6.10. A recusa injustificada de participação no processo de leilão ou a ausência de resposta no prazo estipulado poderá implicar a perda da vez no rodízio, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

7.6.11. O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem cronológica do credenciamento.

7.6.12. Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

8.0 – DA VIGÊNCIA E INCLUSÃO NO ROL DOS CREDENCIADOS



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

8.1. O Sistema de Credenciamento será mantido em vigor pelo **prazo de 12 (doze) meses**, permitindo a qualquer tempo a inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento público.

8.2. O leiloeiro que solicitar sua inclusão no Rol de Credenciados publicado pela PREFEITURA, desde que tenha sua documentação aprovada, será incluído na última posição da lista dos integrantes, devendo- se observar que:

8.2.1. As novas inclusões no Rol de Credenciados serão registradas com base na ordem de protocolo da solicitação junto a PREFEITURA.

8.2.2. Os novos credenciados serão habilitados a compor o banco de credenciados pelo prazo remanescente do credenciamento, prazo este contado a partir da data de sua efetiva habilitação.

9.0 - HOMOLOGAÇÃO

9.1. Os procedimentos adotados pela Comissão de Contratação na condução e no julgamento da documentação de habilitação prevista neste Edital de Credenciamento serão homologados pela autoridade competente.

10 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LEILOEIRO CREDENCIADO

10.1. Quanto à seleção do leiloeiro credenciado, o critério de acionamento para a prestação dos serviços observará a ordem estabelecida no rol de credenciamento, conforme disposto no item 7.6.1 deste Edital, bem como a disponibilidade de bens móveis ou imóveis pertencentes ao patrimônio da Administração Pública Municipal destinados à alienação por meio de leilão.

10.2. A seleção e contratação do leiloeiro credenciado ocorrerá após os bens moveis ou imoveis a serem leiloados, encerrando-se os serviços concomitantemente a finalização dos atos de conclusão do leilão respectivo, permanecendo vigente o contrato para que o contratado possa realizar novos leilões, sempre seguindo- se a alternância e a ordem de credenciamento prevista no **item 7.6.1**.

11 - DESCRENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 178/2025.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram, ressalvadas as hipóteses de anulação decorrentes da constatação de vício de legalidade no procedimento, situação em que os atos praticados poderão ser invalidados, nos termos da legislação aplicável.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.5. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 10 (dez) dias úteis ;

11.6. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.7. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.8. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.9. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.5. não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.10. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.6 e 11.7, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.11. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

fornecedor não regularize a sua situação.

11.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12 – DOS RECURSOS

12.1. O prazo de recurso relativo ao julgamento da documentação será de até 3 (três) dias úteis a partir da data da divulgação de habilitação.

12.2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais participantes, que poderão impugná-lo no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.3.1. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

12.3.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 – DO TÉRMINO DO CONTRATO

13.1. Quanto ao Contrato de Prestação de Serviços, destaca-se que somente serão chamados a firmar contrato de prestação de serviços correspondentes ao objeto deste Edital, os leiloeiros que assinaram o Instrumento de Credenciamento junto a PREFEITURA, observando que:

13.1.1. O Leiloeiro Oficial selecionado será convocado a celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação através de correio eletrônico e/ou notificação pessoal;

13.1.2. Se o Leiloeiro Oficial selecionado e convocado para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços não o fizer no prazo indicado, será convocado o leiloeiro credenciado seguinte constante do Rol de Credenciados, sem prejuízo de eventual aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e na legislação que disciplina a matéria;

13.1.3. O instrumento contratual ou equivalente firmado com o leiloeiro credenciado terá vigência vinculada à execução do objeto específico para o qual for convocado, compreendendo as etapas de preparação, organização, divulgação e realização do leilão público, bem como a conclusão de todos os atos necessários à sua finalização, **observado o prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da convocação do leiloeiro, podendo ser ajustado conforme cronograma de execução previamente estabelecido pela Administração.**

14. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As regras acerca do pagamento, repasse dos valores e prestação de contas são as estabelecidas **no Termo de Referência**, anexo a este Edital.

16.2. Em hipótese alguma será paga alguma outra remuneração para o credenciado que não aquela trazida pelo Termo de referência.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas na **no Termo de Referência**, anexo a este Edital.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital de credenciamento, no todo ou em parte, exclusivamente por meio eletrônico, e-mail: **por meio do licitacaoportodafolha2025@gmail.com** até 03(três) dias úteis antes da data fixada no item 3 para análise da documentação.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A participação do interessado no Credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste Edital e dos anexos que o integram.

19.2. A Credenciada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do Credenciamento, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Credenciante, conforme disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

19.4. Os proponentes obrigam-se a observar e guardar sigilo de todos os dados pessoais e profissionais obtidos em decorrência do presente edital e a não utilizar ou divulgar as informações obtidas para qualquer fim, sob as penas da lei civil, penal e correlatas.

19.5. A Administração poderá revogar este Edital de Credenciamento por razões de interesse público.

19.6. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas

administrativamente, serão processadas e julgadas.

19.7. Qualquer alteração nas condições do Credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a divulgação e publicação do texto original.

19.8. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.

19.9. As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.10. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas documentações e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de Credenciamento.

19.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

19.11.1.1. Anexo 01 do Termo de Referência: Pedido de Credenciamento;

19.11.1.2. Anexo 02 do Termo de Referência: Termo de Compromisso;

19.11.1.3. Anexo 03 do Termo de Referência: Declaração de Infraestrutura;

19.11.1.4. Anexo 04 do Termo de Referência: Declaração de Aptidão e Conhecimento;

19.11.1.5. Anexo 05 do Termo de Referência: Termo de Credenciamento;

19.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Porto da Folha/SE, 30 de abril de 2026.

Max Santos de Freitas

Agente de Contratação



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de Leiloeiros Oficiais, devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado da Sergipe, para a **prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados na modalidade eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Porto da Folha/SE** classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção. Tal contratação, que abrangerá todas as fases do processo de leilão, desde o planejamento até a prestação de contas e entrega dos bens, encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial nos Arts. 6º, inciso LI, e 78, inciso I, Decreto nº 21.981/1932 e Decreto Municipal nº 178/2025, com suas regulamentações e atualizações.

2. DAS JUSTIFICATIVAS NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação mostra-se imperativa diante da expressiva quantidade de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio municipal que se encontram classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. A permanência desses bens sob a guarda da Administração acarreta custos contínuos e desnecessários com armazenamento, conservação e depreciação, além de ocupar espaços físicos que poderiam ser destinados às atividades essenciais do Município. Tal cenário afronta diretamente os princípios da eficiência, economicidade e boa gestão patrimonial, tornando inadiável a adoção de medidas voltadas à sua alienação.

Ressalte-se que a atividade de Leiloeiro Oficial demanda habilitação técnica e legal específica, incluindo matrícula regular na Junta Comercial do Estado de Sergipe, bem como experiência comprovada na condução de leilões públicos, requisitos estes que não são atendidos pelo quadro funcional do Município de Porto da Folha/SE. Dessa forma, a realização dos leilões por servidores designados revelar-se-ia tecnicamente inadequada e juridicamente inviável, além de não assegurar a maximização do potencial arrecadatório dos bens a serem alienados. A inexistência de profissional habilitado implicaria na paralisação do processo de desmobilização patrimonial e na perpetuação dos custos e riscos decorrentes da manutenção de bens em desuso.

Diante desse contexto, a contratação de Leiloeiros Oficiais por meio do credenciamento, nos termos do art. 6º, inciso LI, e do art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se como a solução mais adequada e eficiente para atender à demanda municipal. Tal modelo assegura a observância dos princípios da legalidade, transparência, isonomia e competitividade, além de garantir a expertise necessária para a adequada organização e condução dos leilões públicos, com vistas à maximização do valor de alienação dos bens, à recomposição do erário e ao eficiente gerenciamento do patrimônio público, em estrita consonância com o interesse público e coletivo.

3. DO QUANTITATIVO

Considerando a modalidade de credenciamento e a natureza da demanda por serviços de leiloeiro oficial, o quantitativo de Leiloeiros Oficiais a serem credenciados não é predefinido e estará aberto a todos os profissionais que atenderem aos requisitos de habilitação e qualificação



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital. A Administração Municipal busca, assim, formar um rol de prestadores aptos, ampliando a competitividade e a capacidade de resposta.

A estimativa das quantidades de serviços a serem contratados será realizada conforme a real necessidade e disponibilidade de bens para alienação. Desse modo, a contratação específica de um ou mais Leiloeiros Oficiais, dentre os credenciados, para a realização de leilões individuais ou múltiplos, ocorrerá de forma justificada e oportuna, de acordo com a programação estabelecida pela Secretaria competente. Este modelo garante flexibilidade à Administração, permitindo que os serviços sejam acionados à medida que a demanda se manifestar, sem ônus para o Município pela inatividade de um contrato com quantitativo fixo.

3.1. QUANTITATIVO ESTIMADO:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
1	Leiloeiro Oficial , devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe, para a prestação de serviços de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos eletrônicos , destinados à alienação de bens móveis e imóveis considerados inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, bem como de bens imóveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE , mediante comissão de até 5% (cinco por cento) sobre os valores arrematados.	SERVIÇOS	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente seção detalha as especificações técnicas dos serviços a serem prestados pelos Leiloeiros Oficiais credenciados, bem como os requisitos mandatórios para sua habilitação e execução do objeto, visando garantir a qualidade, transparência e eficiência dos leilões públicos.

4.1. Escopo dos Serviços

Os serviços de Leiloeiro Oficial abrangerão as seguintes atividades essenciais:

4.1.1. Pré-Leilão:

a) **Organização e Catalogação:** Apoio técnico na consolidação do rol de bens (móveis e imóveis), incluindo a elaboração de descrições detalhadas, estado de conservação, informações de identificação (ex: placa, RENAVAM, chassi, número de patrimônio), indicação de ônus ou pendências conhecidas, e produção de material ilustrativo (fotos em alta resolução, vídeos);

b) **Elaboração e Publicidade:** Preparação da minuta do Edital e das condições de venda, assegurando a conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 21.981/1932 e demais normas). Execução de ampla e efetiva divulgação dos leilões em mídias digitais e, quando necessário, impressas, além da publicação obrigatória em sítio eletrônico próprio do leiloeiro e no portal oficial do Município, observando os prazos legais mínimos e maximizando o alcance de potenciais arrematantes;

c) **Visitação:** Programação e coordenação da vistoria presencial dos bens, com garantia de segurança e orientação aos interessados, além do registro das visitas. Quando cabível e viável



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

tecnicamente, organização de visitação virtual com recursos audiovisuais e laudos sintéticos.

4.1.2. Durante o Leilão:

a) **Condução do Certame:** Realização de sessões de leilão na modalidade eletrônica, com credenciamento seguro dos participantes, validação dos lances, condução da disputa, aplicação de regras de desempate e extensão automática de tempo para recebimento de lances (*anti-sniping*), com vistas a garantir a competitividade, encerramento da sessão e lavratura da ata de arrematação. O leilão deverá ser realizado por meio de plataforma digital robusta, segura, auditável e com alta disponibilidade, que permita o acompanhamento público dos lances, assegurando a transparência e a rastreabilidade de todas as etapas do procedimento.

4.1.3. Pós-Leilão:

a) **Gestão da Arrematação:** Conferência documental dos arrematantes, emissão dos documentos de arrematação, controle dos pagamentos, fornecimento de orientações para transferência de titularidade (junto a órgãos como DETRAN ou Cartórios) e coordenação da retirada e entrega dos bens;

b) **Prestação de Contas:** Consolidação e apresentação de relatórios detalhados por lote e de resultados gerais, incluindo informações sobre lances, arrematações, desistências, valores recebidos, comissões aplicadas, repasses ao Município e justificativas para lotes desertos ou frustrados.

4.2. Requisitos de Habilitação do Leiloeiro Oficial

Para fins de credenciamento, o Leiloeiro Oficial deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, em conformidade com o Art. 6º, inciso LI, da Lei nº 14.133/2021, e com o Decreto nº 21.981/1932:

a) **Condição Legal:** Poderão participar do presente credenciamento pessoas físicas, na condição de Leiloeiro Oficial devidamente matriculado na Junta Comercial competente, bem como pessoas jurídicas que possuam em seu quadro ou indiquem Leiloeiro Oficial responsável técnico, igualmente matriculado na Junta Comercial, todos em pleno gozo dos direitos civis e políticos.

b) **Matrícula:** Comprovar matrícula regular e ativa na Junta Comercial do Estado de Sergipe;

c) **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Possuir regularidade fiscal, trabalhista e não apresentar impedimentos para contratar com a Administração Pública, conforme a legislação vigente;

d) **Capacidade Técnica e Operacional:** Demonstrar capacidade técnica e operacional para organizar e conduzir leilões públicos na modalidade eletrônica, com experiência mínima comprovada de 01 (um) ano na atividade;

e) Termo de Compromisso (Anexo 02 do Termo de Referência);

f) Declaração de Equipe e Recursos (Anexo 03 do Termo de Referência);

g) Declaração de Aptidão e Conhecimento (Anexo 04 do Termo de Referência);

4.3. Requisitos Técnicos da Plataforma Eletrônica (aplicáveis para leilões online)

A plataforma eletrônica a ser utilizada pelo Leiloeiro Oficial, seja própria ou de terceiros, deverá atender aos seguintes critérios técnicos mínimos:

a) **Disponibilidade:** Garantir disponibilidade mínima de 99,0% nos períodos críticos de divulgação e sessões de disputa;

b) **Trilhas de Auditoria:** Possuir trilhas de auditoria imutáveis (logs), com carimbo de data e hora para registro de cadastros, lances, alterações e encerramentos, assegurando a rastreabilidade integral das operações;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

- c) **Segurança da Informação:** Implementar autenticação forte dos usuários (mínimo de duplo fator ou equivalente) e criptografia de dados em trânsito. Possuir mecanismos de proteção contra robôs/lances automatizados indevidos, travamento de sessão e ataques de negação de serviço (DDoS);
- d) **Transparência:** Exibir em tempo real o maior lance, as regras de desempate e a aplicação de extensão de tempo (anti-sniping);
- e) **Acessibilidade e Usabilidade:** Estar em conformidade mínima com o padrão WCAG 2.1 nível AA para interfaces públicas, com linguagem clara e responsiva para diferentes dispositivos (desktop e mobile);
- f) **Conformidade com a LGPD:** Assegurar o tratamento de dados pessoais de forma necessária e proporcional, com política de privacidade clara, base legal definida, logs de acesso, controle de retenção e atendimento aos direitos dos titulares, em consonância com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- g) **Interoperabilidade:** Capacidade de emissão de relatórios exportáveis em formatos comuns (CSV, XLSX, PDF) e, quando aplicável, integração via API para conferência e publicação dos resultados em portal oficial do Município.

4.4. Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

A execução dos serviços deverá observar os seguintes padrões, os quais serão objeto de monitoramento e fiscalização:

- a) **Disponibilidade da Plataforma:** Índice de disponibilidade igual ou superior a 99,0% nos períodos de divulgação e disputa;
- b) **Integridade dos Registros:** 100% dos eventos relevantes da sessão de leilão registrados de forma auditável e exportável;
- c) **Atendimento ao Público:** Taxa de satisfação dos participantes igual ou superior a 85% em pesquisas pós-evento, com tratativas de primeiro nível concluídas dentro de 24 horas úteis (período de divulgação) e 8 horas úteis (no dia do leilão);
- d) **Prestação de Contas e Repasses:** 100% das prestações de contas entregues no prazo contratual, com conciliação financeira sem glosas e repasse dos valores devidos ao Município em até 05 (cinco) dias úteis após a liquidação financeira de cada leilão;
- e) **Eficácia da Divulgação:** Utilização de no mínimo 02 (dois) canais oficiais e 02 (dois) canais adicionais de divulgação por leilão (ex: site próprio, portal municipal, redes sociais, mídia segmentada), com apresentação de relatório de alcance e engajamento;
- f) **Desempenho Operacional:** Realização do leilão sem incidentes críticos que comprometam a lisura ou continuidade do processo, com entrega de materiais de divulgação e catálogo nos prazos acordados e índice de reclamações procedentes inferior ou igual a 2% (dois por cento) do total de participantes.

5. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS INTERESSADOS E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

- a) A Escolha dos credenciados será paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, conforme dispõe o art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) O prestador de serviço deverá realizar a execução dos serviços no local a ser definido pela a unidade demandante, a execução dos serviços serão realizados de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria demandante que estará comunicando antecipadamente ao credenciado.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

c) Considerando a inviabilidade de competição no qual configura-se pelo fato da Administração propor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, tal forma de contratação se enquadra, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados. Em razão dessa inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de contrato, serão consideradas as seguintes hipóteses:

- A distribuição das demandas relativas à realização dos leilões será realizada com base na **ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO DOS PROFISSIONAIS**, observado o sistema de rodízio sequencial entre os leiloeiros credenciados, de forma a garantir a isonomia, a transparência e a eficiência da execução dos serviços.

Assim, a cada novo procedimento de leilão, será convocado o leiloeiro subsequente na ordem estabelecida pelo credenciamento, reiniciando-se o ciclo após o último da lista, salvo nas seguintes hipóteses, que deverão ser devidamente justificadas nos autos do processo:

I – Recusa ou impossibilidade de atendimento por parte do leiloeiro da vez;

II – Existência de impedimentos legais ou técnicos específicos relacionados ao objeto do leilão;

III – Interesse público devidamente motivado pela Administração, que justifique a convocação de outro profissional credenciado.

A recusa injustificada de participação no processo de leilão ou a ausência de resposta no prazo estipulado de até 05 (cinco) dias corridos, poderá implicar a perda da vez no rodízio, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem cronológica do credenciamento.

Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas ajustadas e as normas da Lei nº14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

b) As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1. DA CONTRATADA

a) Realizar, com probidade e diligência, todos os serviços compreendidos no escopo deste Termo de Referência, incluindo a organização, divulgação, condução, encerramento e pós-leilão dos certames, na modalidade eletrônica;

b) Elaborar os avisos de leilões, distribuir os catálogos oficiais, realizar medidas para divulgar a realização dos leilões (panfletagem, faixas, cartazes, banners, etc.), e disponibilizar informações detalhadas sobre os leilões e os lotes na internet, garantindo a visibilidade e o alcance de mercado;

c) Responsabilizar-se por todos os custos com mão de obra, materiais (se não fornecidos pela Prefeitura), equipamentos, ferramentas, transporte, EPI's, impostos e taxas.

d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

assumidas, todas as condições de habilitação;

e) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origem federal, estadual ou municipal, vigentes, bem como de quaisquer despesas judiciais ou extrajudiciais, que lhe venham a ser imputadas, inclusive em relação a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA;

f) Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, adicionais, despesas de transporte, estada e/ou diárias, alimentação, alojamento e quaisquer outras despesas com o seu pessoal encarregado dos serviços objeto deste contrato, competindo-lhe, também, observar, rigorosamente, as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho e da legislação correlata.

g) A contratada deverá atender a solicitação da Contratante IN LOCO no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

h) Manter e disponibilizar equipe técnica qualificada e devidamente registrada, bem como todos os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução das atividades contratadas, incluindo a plataforma eletrônica, quando aplicável, com as características de segurança e funcionalidade exigidas;

i) É vedada, de forma total ou parcial, a subcontratação dos serviços objeto deste credenciamento. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços exclusivamente por meio de profissionais de seu próprio quadro técnico ou formalmente vinculados a ela, devidamente habilitados na especialidade pertinente. A documentação comprobatória da qualificação técnica e a identificação completa (nome e número de registro no respectivo conselho de classe) do(s) profissional(is) que executará(ão) as atividades deverão ser apresentadas e formalmente aprovadas pela Contratante previamente ao início da prestação de quaisquer serviços.

j) Conduzir os leilões com estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a transparência, a segurança jurídica, a igualdade de condições entre os participantes e a rastreabilidade de todas as operações;

k) Apresentar ao Município, nos prazos e formas estipulados, a prestação de contas completa dos leilões, incluindo relatórios de lances, arrematações, desistências, valores recebidos, comissões aplicadas e o repasse dos valores devidos;

l) Atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental e respeitar as normas de proteção ao meio ambiente, sendo responsável pela destinação correta de quaisquer resíduos gerados na execução dos serviços, caso ocorram;

m) Manter a confidencialidade das informações a que tiver acesso em razão da execução do contrato e cumprir rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), em todas as fases do tratamento de dados pessoais;

n) Responder por todos e quaisquer danos ou prejuízos que, por sua culpa ou dolo, ou de seus prepostos, vierem a ser causados ao Município ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços.

6.2. DO CONTRATANTE

a) Formalizar a designação do Leiloeiro Oficial credenciado para a condução de cada leilão específico, observando o critério de distribuição da demanda estabelecido neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento;

b) Disponibilizar os bens a serem alienados para vistoria e catalogação, fornecendo ao Leiloeiro Oficial todas as informações e documentações necessárias (descrições, estado de conservação, informações de identificação, indicação de ônus ou pendências) para a correta divulgação e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

comercialização dos lotes;

- c) Publicar os avisos de leilão no Diário Oficial Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigências legais, garantindo a publicidade institucional do certame;
- d) Prestar o apoio logístico necessário para a realização das visitas e para a retirada dos bens arrematados, conforme acordado e dentro dos limites de sua competência;
- e) Receber do Leiloeiro Oficial os valores arrecadados com a alienação dos bens, descontadas as comissões devidas aos arrematantes e outras despesas legalmente admitidas, observando os prazos e as formas de prestação de contas;
- f) Efetuar o pagamento ajustado;
- g) Dar ao Credenciado as condições necessárias para a regular execução do contrato;
- h) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços do Leiloeiro Oficial, verificando o cumprimento das condições contratuais, dos prazos e dos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos;
- i) receber ou não, os serviços fornecidos pelo credenciado;
- j) Não haverá qualquer pagamento por parte da Administração Pública Municipal ao leiloeiro credenciado, sendo a sua remuneração realizada exclusivamente mediante comissão de até 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens arrematados, a ser paga diretamente pelo arrematante, nos termos da legislação aplicável.
- k) Notificar o credenciado, por escrito, de modificações introduzidas nas especificações dos produtos, sempre que houver necessidade de aprimoramento ou correção de documentos;
- l) Notificar o credenciados, por escrito, e com seu expresso ciente, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades verificadas na execução do Contrato, bem como da eventual aplicação de multas previstas no Contrato.
- m) Deliberar sobre casos omissos, dúvidas ou situações não previstas expressamente neste Termo de Referência, em conformidade com a legislação aplicável.

7. DA PESQUISA DE PREÇOS

A metodologia adotada para a estimativa de valor da contratação baseia-se nos seguintes parâmetros:

a) Percentual de Comissão: O valor de referência para a comissão a ser paga pelos arrematantes observará o parâmetro máximo de 5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado, conforme estabelecido no Art. 31, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 21.981/1932 que regulamenta a profissão. Este percentual engloba a remuneração do Leiloeiro Oficial e eventuais despesas operacionais relacionadas à condução do leilão que não sejam de responsabilidade direta do Município.

b) Ausência de Custo Direto ao Município: A pesquisa confirma que não há previsão de despesa orçamentária para o Município de Porto da Folha/SE, referente à remuneração do Leiloeiro Oficial, sendo este serviço custeado exclusivamente pelos arrematantes dos bens.

A análise da pesquisa de preços demonstra que a estrutura de remuneração para os serviços de Leiloeiro Oficial no modelo de credenciamento, com a comissão sendo suportada pelos arrematantes e limitada ao percentual legalmente permitido, é compatível com as práticas de mercado e os parâmetros normativos estabelecidos. Assim, a contratação não acarretará impacto financeiro direto ao erário municipal, garantindo a economicidade e a sustentabilidade da gestão de bens.

8. DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As informações orçamentárias relativas à contratação dos serviços de Leiloeiro Oficial por meio de credenciamento são diferenciadas, pois, conforme a legislação vigente e a natureza da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

remuneração do profissional, não implicam em despesa direta para o orçamento do Município de Porto da Folha/SE.

8.1. Ausência de Ônus Orçamentário Direto para o Município

Conforme explicitado nos documentos de planejamento, a presente contratação não gerará ônus orçamentário para a Administração Pública do Município de Porto da Folha/SE. O **credenciamento em si não envolve gastos** e a **remuneração do Leiloeiro Oficial será suportada exclusivamente pelos arrematantes** dos bens.

8.2. Origem da Remuneração do Leiloeiro

A remuneração do Leiloeiro Oficial decorrerá de uma comissão paga pelos arrematantes, limitada ao percentual máximo previsto em lei.

8.3. Vedação de Taxa para o Comitente

É expressamente vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelo comitente (o Município).

8.4. Impacto Orçamentário

Considerando o modelo de remuneração descrito, a contratação do Leiloeiro Oficial não demandará a indicação de dotação orçamentária específica para o pagamento dos serviços, uma vez que as despesas correrão por conta dos arrematantes. Este arranjo garante a economicidade da gestão patrimonial e a maximização dos recursos públicos provenientes da alienação dos bens.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Remuneração do Leiloeiro Oficial

A remuneração devida ao Leiloeiro Oficial credenciado será exclusivamente a título de comissão sobre o valor dos bens arrematados, paga diretamente pelos arrematantes, nos termos do Art. 31 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 21.981/1932.

9.1.1. Percentual da Comissão: A comissão a ser paga pelos arrematantes será de no **máximo 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação total do leilão**. Este percentual engloba todos os custos e despesas inerentes à prestação dos serviços do Leiloeiro Oficial, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

9.1.2. Vedação de Ônus ao Município: É expressamente vedada a previsão de qualquer taxa de comissão ou encargo direto a ser pago pelo Município de Porto da Folha/SE ao Leiloeiro Oficial, em conformidade com o § 2º do Art. 6º do Decreto nº 11.461/2023.

9.2. Meios de Pagamento pelos Arrematantes

O Leiloeiro Oficial deverá disponibilizar meios de pagamento modernos e seguros aos arrematantes, tais como PIX, Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou outros mecanismos que visem minimizar a inadimplência e garantir a celeridade na liquidação financeira das arrematações. É vedada a aceitação de pagamentos em espécie nas dependências do Município.

9.3. Prazo para Repasse ao Município

Após a efetiva liquidação financeira dos valores devidos pelos arrematantes, o Leiloeiro Oficial deverá efetuar o repasse da integralidade do valor arrematado (descontada apenas a comissão a que tem direito, conforme item 9.1.1) ao Município de Porto da Folha /SE em até 05 (cinco) dias úteis. A comprovação e conciliação financeira deverão preceder a autorização para a retirada dos bens pelos arrematantes.

10. DO LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados **no âmbito do Município de Porto da Folha/SE**, abrangendo tanto a atuação em espaços físicos quanto a utilização de plataformas digitais, conforme a natureza de cada etapa do processo licitatório.

10.1. Locais Físicos:

a) **Sede Administrativa:** As atividades de planejamento, coordenação, reuniões, conferência documental, bem como eventuais leilões presenciais ou procedimentos administrativos, terão como local de referência a Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE, situada na Praça Padre Manoel J. De Oliveira, nº 851, Centro, Cep: 49.800-000

b) **Locais de Vistoria e Retirada dos Bens:** A visitação pública dos bens a serem leiloados e a posterior retirada dos bens pelos arrematantes ocorrerão nos locais onde os mesmos estiverem armazenados ou localizados dentro do território municipal, que serão detalhados em cada edital de leilão específico. O Leiloeiro Oficial deverá providenciar a logística e a estrutura necessárias para a realização segura e organizada dessas etapas.

10.2. Plataformas Digitais:

a) **Leilões Eletrônicos e Divulgação:** Para os leilões realizados na modalidade eletrônica e para a ampla divulgação dos certames (editais, catálogos, informações sobre os lotes), os serviços serão entregues por meio de plataforma digital robusta e segura, acessível via internet, bem como nos sítios eletrônicos oficiais do Leiloeiro e do Município.

A flexibilidade de atuação em ambos os ambientes (físico e digital) visa garantir a máxima acessibilidade, transparência e competitividade aos leilões, otimizando o alcance dos potenciais arrematantes.

11. DA VIGÊNCIA

A vigência da contratação será dividida em duas dimensões: a do processo de credenciamento em si e a dos contratos específicos de prestação de serviços resultantes desse credenciamento.

11.1. Vigência do Credenciamento

O período de credenciamento dos Leiloeiros Oficiais será por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente por iguais e sucessivos períodos, mediante interesse do Município, visando manter um cadastro de profissionais aptos e qualificados para atender às demandas de leilão público. A qualquer tempo, novos Leiloeiros Oficiais que atenderem aos requisitos estabelecidos poderão ser credenciados.

11.2. Vigência dos Contratos de Prestação de Serviço (Leilões Individuais)

A partir do credenciamento, a contratação de cada Leiloeiro Oficial para a realização de um leilão específico, caracterizado como serviço comum não contínuo ou por escopo, terá sua vigência determinada pelo período necessário à completa execução do objeto. Isso inclui desde a organização e divulgação do certame até a entrega dos bens arrematados e a prestação de contas final.

A vigência de cada serviço individual iniciará a partir da data de assinatura da ordem de serviço ou instrumento equivalente que formalizar a designação do Leiloeiro para o leilão específico, estimando-se o início dos serviços em até 5 (cinco) dias após esta formalização. O término da vigência ocorrerá com a completa entrega do objeto, incluindo o repasse final dos valores ao Município e a aprovação da prestação de contas.

12. DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato e/ou pelo setor solicitante, afim de acompanhar a



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

13. DAS SANÇÕES

O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo Leiloeiro Oficial credenciado, das disposições deste Termo de Referência, do Edital de Credenciamento ou da legislação pertinente, sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabíveis. A aplicação das sanções será precedida de regular processo administrativo, garantindo-se ao Leiloeiro Oficial o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.1. Tipos de Sanções

As sanções administrativas que poderão ser aplicadas ao Leiloeiro Oficial, conforme a gravidade da infração e sem prejuízo da exigência de reparação de eventuais perdas e danos causados à Administração Pública, são as seguintes:

- a) **Advertência:** Aplicada por infrações leves, que não causem prejuízo significativo à execução dos serviços ou à Administração, mas que configurem descumprimento de obrigações contratuais ou legais.
- b) **Multa:** Aplicada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais ou legais que acarretem prejuízos à Administração ou que configurem atraso injustificado na execução dos serviços, na entrega de documentos ou na prestação de contas. O valor da multa será estabelecido em percentual sobre o valor estimado do leilão ou sobre o valor do lote afetado, conforme a natureza da infração, e será detalhado no Edital de Credenciamento.
- c) **Suspensão Temporária de Participação em Credenciamentos e Licitações:** Aplicada por infrações mais graves, que demonstrem falta de diligência, desorganização ou descumprimento reiterado de obrigações. A duração da suspensão poderá ser de até 2 (dois) anos.
- d) **Declaração de Inidoneidade para Contratar com a Administração Pública:** Aplicada nos casos de infrações gravíssimas, que revelem conduta fraudulenta, dolosa, ou que causem prejuízo vultoso à Administração, bem como nos casos de condenação definitiva por crimes previstos na legislação penal. A declaração de inidoneidade impede o Leiloeiro Oficial de participar de novas contratações com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da sanção ou pelo período determinado pela autoridade competente, que não será inferior a 3 (três) anos e não superior a 6 (seis) anos.

13.2. Processo de Aplicação de Sanções

A aplicação das sanções seguirá o rito processual estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observando-se:

- a) **Comunicação da Infração:** O Leiloeiro Oficial será formalmente comunicado sobre a infração cometida, com a descrição detalhada dos fatos e o enquadramento legal/contratual da conduta;
- b) **Prazo para Defesa:** Será concedido prazo para que o Leiloeiro Oficial apresente sua defesa prévia por escrito;
- c) **Análise e Decisão:** A defesa será analisada pela autoridade competente, que proferirá decisão fundamentada quanto à aplicação ou não da sanção, bem como à sua intensidade;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

d) **Recurso Administrativo:** Da decisão administrativa caberá recurso, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se o direito ao duplo grau de jurisdição administrativa.

13.3. Sanções por Irregularidades Específicas

Além das sanções gerais, poderão ser aplicadas:

a) **Descredenciamento:** O Leiloeiro Oficial poderá ser descredenciado do rol de prestadores aptos caso perca as condições de habilitação, cometa infrações reiteradas, ou em caso de decisão administrativa definitiva que assim determine.

b) **Reparação de Danos:** Independentemente da aplicação das sanções administrativas, o Leiloeiro Oficial será obrigado a reparar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua conduta omissiva ou comissiva.

A Administração Pública reserva-se o direito de rescindir o contrato de credenciamento ou a Ordem de Serviço específica, a qualquer tempo, caso o Leiloeiro Oficial não cumpra suas obrigações, conforme as condições e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**

Anexo 01 do Termo de Referência: Pedido de Credenciamento (o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)

O (A) Senhor (a) _____, (qualificação), leiloeiro, na forma do Decreto nº 21.981, de 1932, com registro na Junta Comercial do _____ sob o nº _____, identidade civil nº _____, CPF/MF nº _____, com endereço profissional na rua/avenida _____, doravante denominado LEILOEIRO, DECLARA, por este ato jurídico, ter prévia ciência e compreensão, em tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do instrumento de convocação, Edital

_____, havendo anuência integral às condições nele estabelecidas. Declara, ainda, que possui experiência profissional para alienação, administração ou depósito de bens.

Por ser verdade, firmo a presente manifestação de vontade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Leiloeiro: _____ Registro na Junta Comercial

nº: _____

Autorizado por: _____



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Anexo 02 do Termo de Referência: Termo de Compromisso (o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)

O (A) Senhor (a) _____, (qualificação), (leiloeiro, na forma do Decreto nº 21.981, de 1932, com registro na Junta Comercial do sob o nº _____, identidade civil nº _____, CPF/MF nº _____, com endereço profissional na rua/avenida _____, selecionado para a formação de CADASTRO, doravante denominado LEILOEIRO, firma o presente TERMO DE COMPROMISSO, perante o credenciamento:

CLÁUSULA 1ª: O Leiloeiro assume o compromisso de atuar nos leilões por iniciativa da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA para os quais for indicado.

CLÁUSULA 2ª: No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos deste Termo de Referência.

CLÁUSULA 3ª: O Leiloeiro promete vender os bens para os interessados que apresentarem a melhor proposta.

CLÁUSULA 4ª: Este Instrumento não confere exclusividade de indicação ao Leiloeiro, podendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA indicar outro, constatada a insuficiência de desempenho.

CLÁUSULA 5ª: Este Termo de Compromisso terá vigência por todo o período de validade do cadastro, podendo ser denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal.

CLÁUSULA 6ª: Para execução dos serviços objeto deste Termo, o credenciado declara estar de acordo e que cumprirá as obrigações, bem como manterá as condições exigidas pelo presente Termo de Referência durante toda a execução do objeto.

CLÁUSULA 7ª: O Leiloeiro não perceberá pagamento a ser realizado pela Contratante, bem como não perceberá Taxa de Comissão devida pelo Comitente.

CLÁUSULA 8ª: O Leiloeiro receberá, diretamente do Arrematante-Comprador, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor de quaisquer bens arrematados, conforme determina o art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

CLÁUSULA 9ª: Todas as despesas incorridas na execução do Leilão de que trata este Termo de Referência, de qualquer natureza, correrão exclusivamente por conta do Leiloeiro, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA nenhuma responsabilização por tais despesas.

CLÁUSULA 10: Entre as despesas necessárias à realização do Leilão de que trata a cláusula anterior, a cargo do leiloeiro, destacam-se as de publicações; divulgação em site próprio, na internet; divulgação em jornais de grande circulação; confecção de panfletos, cartilhas, livretos, faixas etc; locação de instalações/equipamentos; contratação de mão de obra; segurança para o evento, bens e valores recebidos, etc.

CLÁUSULA 11: Nos casos de cancelamento do instrumento de credenciamento, será indicado outro Leiloeiro para atuar no lugar do anterior, nos casos previstos pelo Termo de Referência.

CLÁUSULA 12: A PREFEITURA, responsável poderá acompanhar, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições do presente Termo.

Parágrafo Único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia ao Leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____, _____ de _____ de 2026. Leiloeiro:
Registro na Junta Comercial nº:

Assinatura:



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA**

Anexo 03 do Termo de Referência: Declaração de Infraestrutura (o termo será disponibilizado à parte na mesma divulgação)

O (A) Senhor (a) _____, (qualificação), (leiloeiro, na forma do Decreto nº 21.981, de 1932, com registro na Junta Comercial do _____ sob o nº _____, identidade civil nº _____, CPF nº _____, com endereço profissional na rua/avenida _____, considerando a sua seleção para atuar nos leilões judiciais e nas alienações por iniciativa particular promovidos pela **PREFEITURA**, doravante designado **LEILOEIRO**, declara para fins de participação no procedimento de credenciamento que possui estrutura para eventual remoção dos bens, e ter condições de oferecer aparelhamento e pessoal técnico adequados à execução contratual, garantindo, no mínimo, a seguinte infraestrutura:

1. Dispor de Site que possibilite não só a divulgação, como a realização de alienação pela internet, inclusive com ofertas on-line, bem como possibilite a venda direta e permita a visualização de fotos dos bens ofertados, as características dos bens, editais, contatos, etc.
2. Mecanismo que permita a realização da alienação, com recepção e estímulo de lances em tempo real, via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente.
3. Projeção em tela da descrição dos bens e das respectivas ofertas recebidas, ou ainda, as ofertas via Internet.
4. Possibilidade de recebimento e a inserção na internet das ofertas prévias remetidas via fax, e-mail ou entregues pessoalmente, informando o nome empresarial/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG, telefone.
5. Mecanismo que somente permita a apresentação de oferta de valor superior à da última oferta, observado o incremento mínimo fixado para o bem.
6. Possibilidade que a cada oferta, via internet, seja o participante imediatamente informado de seu recebimento segundo condições que lançou.
7. Sistema de logística e funcionários para o acompanhamento dos arrematantes interessados em eventual visita nos dias em que antecedem o leilão.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____, de _____ 2026.

Leiloeiro: _____ Registro na Junta Comercial nº: _____ Assinatura



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

**Anexo 04 do Termo de Referência: Declaração de Aptidão e
Conhecimento (o termo será disponibilizado à
parte na mesma divulgação)**

O (A) Senhor (a) _____, (qualificação), (leiloeiro, na forma do Decreto nº 21.981, de 1932, com registro na Junta Comercial do, sob o nº _____, identidade civil nº _____, CPF nº _____, com endereço profissional na rua/avenida _____, considerando a sua seleção para atuar nos leilões judiciais e nas alienações por iniciativa particular promovidos pela **PREFEITURA**, doravante designado **LEILOEIRO**, declara para fins de participação no procedimento de credenciamento que possui:

1. Aptidão para o desempenho da atividade, de forma pertinente e compatível com as características e atribuições constantes deste Termo de Referência; e
2. Conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento.

Por ser verdade, firmo o presente.

Porto da Folha/SE, _____ de _____ de 2026.

Leiloeiro: _____ Registro na Junta

Comercial nº: __ Assinatura



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA
CONTRATO N.º XXX/2026
CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA/SE E O LEILOEIRO xxxxxxxxxx.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA, pessoa jurídica de direito público, com endereço à Praça Padre Manoel J de Oliveira, nº 851 – Centro – CEP 49.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.131.982/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **SR.º EVERTON LIMA GOIS**, brasileiro, portador do CPF sob nº 653.750.925-49 e RG sob nº 1.027.541 SSP/SE, residente e domiciliado a Rua: Augusto Cesar Leite, nº 225 – Centro – Porto da Folha, Estado de Sergipe, CEP 49.800-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o Leiloeiro o Sr. xxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxx, sediado na xxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATADA, em observância às disposições da Lei 14.133/2021, Decreto Federal nº 21.981/1932 e Decreto Municipal nº 178/2025, de 29 de maio de 2025 resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Edital de Credenciamento n.º 01/2026 - PMPDF, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, para a prestação de serviços técnicos especializados de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos, a serem realizados na modalidade eletrônica, destinados à alienação de bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Porto da Folha/SE classificados como inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, visando a recomposição do erário, a otimização da gestão patrimonial e a redução de custos de manutenção, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Credenciamento, identificado no preâmbulo, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1	Leiloeiro Oficial , devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe, para a prestação de serviços de organização, divulgação, condução e encerramento de leilões públicos eletrônicos , destinados à alienação de bens móveis e imóveis considerados inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, bem como de bens imóveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE , mediante comissão de até 5% (cinco por cento) sobre os valores arrematados.	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

2.1. O instrumento contratual ou equivalente firmado com o leiloeiro credenciado terá vigência vinculada à execução do objeto específico para o qual for convocado, compreendendo as etapas de preparação, organização, divulgação e realização do leilão público, bem como a conclusão de todos os atos necessários à sua finalização, **observado o prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da convocação do leiloeiro, podendo ser ajustado conforme cronograma de execução definido pela Administração**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO, REPASSE DOS VALORES E PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1. Não há Taxa de Comissão devida pelo Comitente ao Leiloeiro Público Oficial, logo, não há pagamento a ser realizado pela CONTRATANTE.

3.2. A CONTRATADA receberá diretamente do Arrematante-Comprador, a comissão de 5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado, assegurando assim o previsto no parágrafo único, do artigo 24 do Decreto nº 21.981/1932.

3.3. A CONTRATANTE não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos Arrematantes-Compradores.

3.4. Em hipótese alguma será a CONTRATANTE responsável pela cobrança da comissão devida pelos Arrematantes-Compradores.

3.5. Os valores decorrentes da arrematação dos bens deverão ser depositados diretamente pelo arrematante em conta bancária indicada pela Prefeitura Municipal de Porto da Folha/SE, não sendo permitido ao leiloeiro receber, reter ou intermediar tais valores, ressalvada apenas a comissão que lhe é devida, a ser paga diretamente pelo arrematante.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que a contratação não gerará ônus aos cofres públicos, ou seja, não será contraída nenhuma despesa.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

5.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no **Termo de Referência**, anexo a este Edital obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 É vedada, de forma total ou parcial, a subcontratação dos serviços objeto deste credenciamento. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços exclusivamente por meio de profissionais de seu próprio quadro técnico ou formalmente vinculados a ela, devidamente habilitados na especialidade pertinente. A documentação comprobatória da qualificação técnica e a identificação completa (nome e número de registro no respectivo conselho de classe) do(s) profissional(is) que executará(ão) as atividades deverão ser apresentadas e formalmente aprovadas pela Contratante previamente ao início da prestação de quaisquer serviços



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

9. CLÁUSULA NOVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no **Termo de Referência**, anexo a este Edital.

10.1. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO

10.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.2.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I "a" e "b"; II "a", "b" e "c" do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e com as consequências indicadas no art. 125 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.2.2. De acordo entre as partes, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4.1. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.2. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.3. Relação dos valores recolhidos e ainda devidos;

10.4.4. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a divulgação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, observados os prazos e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a comarca de Porto da Folha/SE.

Porto da Folha/SE, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 – CPF:

2 – CPF: